

A educação ambiental como instrumento para a construção de uma sociedade ecológica

The environmental education as an instrument to the ecological society construction

RESUMO

A crise planetária, assim como sua faceta mais destacada – a crise ambiental, extrapola fronteiras políticas, sociais, econômicas e tem o poder de afetar toda a humanidade. A racionalidade ambiental implica a não somente minimizar os sintomas da crise planetária, mas atuar sobre aquilo que a gerou e a mantém: a cosmovisão distorcida oriunda do paradigma cartesiano-newtoniano. Junto a mudanças paradigmáticas, surge o imperativo da mudança da atual sociedade de consumo para uma sociedade ecológica, no sentido da ecologia profunda e da ecopsicologia. Nessa esfera, a educação ambiental tem papel de suma importância na construção dessa nova sociedade, guiada por valores como justiça, respeito, solidariedade e amor por todas as formas de vida.

PALAVRAS-CHAVE: crise planetária; ecologia profunda; ecopsicologia; educação ambiental; sociedade ecológica.

ABSTRACT

The planetary crisis, as well as its most outstanding facet - the environmental crisis - goes beyond political, social and economical boundaries and has the power to affect all of humanity. The environmental rationality implies not only to mitigate the symptoms of global crisis, but to act on what generated and maintain it: the distorted worldview derived from the Cartesian-Newtonian paradigm. Along the paradigm changes, comes the imperative of change of the current consumer society to an ecological society, in the sense of deep ecology and ecopsychology. In this sphere, environmental education has a role of paramount importance to construct this new society, guided by values, such as fairness, respect, solidarity and love for all forms of life.

KEYWORDS: planetary crisis; deep ecology; ecopsychology; environmental education; ecological society.

Kelly Daiane Savariz Bôlla

Psicóloga, bolsista da CAPES, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA) e pesquisadora no Laboratório de Sociedade, Desenvolvimento e Meio Ambiente (LABSDMA) do PPGCA da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).
E-mail: kellybolla@hotmail.com

Geraldo Milioli

Sociólogo, professor/ pesquisador e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA) e do Laboratório de Sociedade, Desenvolvimento e Meio Ambiente (LABSDMA) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

INTRODUÇÃO

Diante da complexa crise ambiental que se apresenta à humanidade sem fazer distinção à classe social, raça, credo ou cultura, emerge a necessidade urgente de refletir sobre suas causas e incidir sobre elas, não apenas sobre os seus sintomas, para que a espécie humana possa continuar habitando esse planeta rico e diverso em vida, a Terra.

Já não há tempo a desperdiçar. Já não é mais momento de relegar a segundo plano a dependência que todos os seres têm de um ambiente limpo, puro, preservado, equilibrado. Tampouco a economia pode prosseguir sua luta cega e desenfreada por crescimento, pois depende de um ambiente equilibrado para captação de recursos que mantêm sua geração de produtos e serviços. A crença de que o desenvolvimento econômico nos moldes dos países ricos poderia se expandir para todos as nações já caiu por terra. Celso Furtado apontava ainda em 1974 o que mais tarde não pôde mais ser negado por grandes economistas, como confirma Cavalcanti (2003): se o crescimento econômico existente nos países ricos se ampliasse para todos os países, o mundo entraria em colapso, pois se precisaria, para isso, de mais do que um planeta Terra para fornecer todos os recursos. Assim, crer que o crescimento econômico pode levar toda a humanidade ao progresso e à felicidade não é mais do que uma grande falácia. O que o crescimento econômico pode fazer e faz, é cada vez mais degradar o meio ambiente e o tecido social, pois só faz crescer a distância entre ricos e pobres, assegura Daly (2004).

Morin e Kern (1995) lembram que, embora não se saiba ao certo qual o futuro do planeta, se irá seguir a premonição dos pessimistas quanto a uma catastrófica degradação generalizada e irreversível da biosfera ou dos otimistas referente à auto-

regeneração do planeta, uma coisa é certa: não se pode continuar mantendo o mesmo estilo de vida predominante.

O sistema econômico dominante não apenas degrada o meio ambiente como também os ritmos naturais dos seres humanos que vivem nesse sistema de aceleração estressante (MORIN e KERN, 1995).

É urgente, portanto, a necessidade de um pensamento ecológico e de novas alternativas em todas as esferas da sociedade. A maneira como o ser humano se relaciona com a natureza e, conseqüentemente, consigo mesmo, prescinde mudança, mas ela precisa acontecer, primeiramente, na subjetividade humana, ou seja, na forma como o ser humano se vê e percebe o mundo.

Nesse sentido, insere-se no cenário de instrumentos para a transição da depredadora sociedade de consumo para uma sociedade ecológica a importância de uma educação ambiental transformadora, que não somente aponte alternativas de minimizar os impactos desse estilo de vida como também incite a reflexão sobre a questão que se esconde atrás da crise ambiental: a crise da civilização. E, diante de tal complexidade, aja sobre ela buscando uma racionalidade, como propõe Leff (2001), um novo paradigma central, uma nova cosmovisão onde o ser humano se veja um ser pertencente à teia da vida conforme defende Capra (1997), e, portanto, busque o bem-estar próprio, dos seus semelhantes e do planeta como um todo holístico e integrado.

CRISE PLANETÁRIA

A observação da realidade, acompanhada de uma reflexão crítica, permite deslumbrar uma complexa crise planetária. Embora sua faceta em maior evidência seja o aspecto ambiental, ela se estende pelas mais diversas esferas da vida

humana. Capra (2006) enfatiza que é uma crise complexa, multifacetada que pode levar a humanidade à ruína. Ela afeta “a saúde e o modo de vida, a qualidade do meio ambiente e das relações sociais, da economia, tecnologia e política. É uma crise de dimensões intelectuais, morais e espirituais [...]” (CAPRA, 2006, p. 19). Trevisol (2003) afirma que se está diante de problemas simultaneamente locais, regionais, nacionais e globais, que produzem e ampliam a crise global por estarem em uma rede de fatores interdependentes e mundiais.

As conhecidas crises econômica, social, ambiental se misturam com o crescente mal-estar da civilização evidenciado na crise de relacionamento, no abuso de drogas, no consumismo exagerado, na busca incessante por satisfação através da superficialidade, dos bens materiais, dos divertimentos vazios, que não satisfazem a verdadeira essência humana (MORIN e KERN, 1995).

Dentre todas as facetas da crise, a crise ecológica é a mais transnacional, visto que catástrofes e agressões à natureza cometidas em qualquer localidade do globo tendem a gerar efeitos, diretos ou indiretos, sobre larga parcela de seres humanos e ecossistemas (TREVISOL, 2003).

A crise ecológica teve suas características metanacional e planetária apontadas em 1969, quando iniciou a preocupação com os efeitos como: degradações de campos, bosques, lagos, rios, efeito estufa, decomposição da camada de ozônio estratosférica, buraco de ozônio na Antártida, excesso de ozônio na troposfera, desmatamento, envenenamento dos solos por pesticidas e fertilizantes, chuvas ácidas, desertificação, erosão, inundações, urbanização selvagem e em regiões ecologicamente frágeis (como as zonas costeiras), etc. (MORIN e KERN, 1995).

Embora discutidos há décadas, os sintomas da crise ambiental não param de se intensificar. Metade das florestas do

mundo que existiam em 1950 já foi destruída, a água potável já é um dos recursos naturais mais escassos e, a cada dia, 10 espécies de seres vivos entram em extinção (BOFF, 2009). A poluição lançada principalmente por indústrias e veículos de transporte tem acarretado mudanças climáticas significativas em todo o globo. De acordo com relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2007), constatou-se aumento nas temperaturas árticas médias em quase o dobro da taxa global média dos últimos 100 anos e aumento da atividade intensa dos ciclones tropicais no Atlântico Norte desde cerca de 1970. Concomitantemente, verificou-se aumentos das temperaturas da superfície do mar nos trópicos, da frequência dos eventos de precipitação extrema sobre a maior parte das áreas terrestres, além de mudanças generalizadas nas temperaturas extremas ao longo dos últimos 50 anos.

No cerne da questão, no entanto, é preciso perceber que “a crise ambiental não pode ser tematizada apenas enquanto fenômeno físico-natural externo à evolução das sociedades. A bem da verdade, não é a natureza que se encontra em desarmonia; é a própria sociedade” (TREVISOL, 2003, p. 64). Na base da crise ecológica, garante, está o modelo de desenvolvimento tecno-industrial, o que revela sua insustentabilidade.

Pautada em uma concepção de mundo reducionista, materialista, determinista proposta pelo paradigma cartesiano-newtoniano que guiou a ciência desde o século XVII, a sociedade buscou um desenvolvimento unilateral, com vistas apenas ao crescimento econômico ilimitado como meio para o progresso. (CAPRA, 2006).

Nesse processo, faltou à ciência econômica a percepção da sua relação com o não-econômico, com o contexto social, político e cultural, o que a tornou cega por não levar em conta suas perturbações e seu devir. Dessa maneira,

desregulada, a economia mundial cresce à custa de destruições e de prejuízos naturais, humanos, sociais, culturais e morais. Além da degradação da biosfera, o crescimento econômico mundial desregrado tem causado degradação da psicosfera, ou seja, das dimensões mental, afetiva e moral do ser humano, (MORIN e KERN, 1995), afetando sua saúde integral.

A união entre ciência, técnica e indústria apesar de ter alcançado em parte seu progresso unilateral, foi, em muitas instâncias, contrária ao bem-estar do planeta e de todas as formas de vida que nele se encontram. Morin (2005) aponta que a ciência não é somente elucidativa, enriquecedora e triunfante, como se mostra por conta de seus feitos, mas ambivalente, devido ao fato de seu vasto conhecimento também estar produzindo ameaça à permanência da humanidade na Terra. Desenvolveu-se cega, sem levar em conta as conseqüências de seus atos, sem consciência, como enfatiza o autor. Naess (apud BRAUN, 2005) aponta a falta de comprometimento da ciência com a vida quando, pautada numa visão de mundo distorcida, até a própria ecologia deixou de indagar que tipo de sociedade seria realmente adequada para melhor manter os diferentes tipos de ecossistemas existentes no planeta. Esqueceu-se que os seres humanos também são integrantes da natureza e, portanto, sua saúde em sua forma mais ampla, depende de um planeta equilibrado.

Para Boff (1998), o grande erro da humanidade foi sua ruptura da re-ligação universal, ou seja, acreditar que está separado de um todo maior. Assim: “não apenas rompe com Deus. Rompe com a comunidade humana, terrenal e cósmica. Ela é a causa secreta da violência do ser humano contra a natureza e seus semelhantes” (BOFF, 1998, p. 159). Por se ver separado de todas as coisas, independente de todos os seres, o homem não se responsabiliza pelos seus atos, não

desenvolve solidariedade, tampouco se preocupa com o bem-estar das alteridades.

Perante a crise planetária, emerge a necessidade de mudança de percepção da realidade, ou seja, um novo paradigma e, conseqüentemente, a transformação do relacionamento do ser humano consigo mesmo, com o outro e com a natureza como um todo.

ECOLOGIA PROFUNDA E ECOPSIKOLOGIA

A ecologia profunda se mostra no cenário de crise planetária como uma base de sustentação filosófica para fundamentar a necessidade de um novo sentido para a relação entre ser humano e natureza, resgatando uma ligação profunda e espiritual.

A ecologia profunda é considerada atualmente um dos pilares ou uma das abordagens de um novo paradigma que está emergindo para desvelar uma nova cosmovisão, ou seja, uma maneira de se perceber a realidade que guia a ação do ser humano no mundo.

Diferentes abordagens integram esse novo paradigma, sobre o qual Capra (1998, p. 11) comenta: “o novo paradigma pode ser chamado de holístico, de ecológico ou de sistêmico, mas nenhum destes adjetivos o caracteriza completamente”. Soma-se ainda a esse conjunto de abordagens também a transdisciplinaridade.

Contrária ao antropocentrismo da ecologia rasa, a ecologia profunda entende os seres vivos como parte de uma grande e complexa teia: a teia da vida. Essa abordagem questiona inúmeros aspectos do velho paradigma como o crescimento materialista, o modo de vida moderno, suas perspectivas científicas e industriais e, sobretudo, propõe uma reflexão para que sejam revistos os relacionamentos dos seres humanos, uns com os outros, com as próximas gerações e com a

teia da vida, da qual todos são integrantes e interdependentes. (CAPRA, 1997).

A ecologia profunda resgata a consciência ecológica plena e está, portanto, em contraposição à visão da sociedade tecnocrata-industrial, onde o ser humano se coloca como ser superior às outras espécies.

Perceber o mundo de forma ecológica significa reconhecer a integração de todas as coisas que existem no planeta. John Munir – o criador do movimento ecológico – afirma: “cada vez que tentamos encarar uma única coisa de forma isolada descobrimos que ela está intimamente ligada a todo o resto do universo” (MUNIR apud AVELINE, 1999, p. 59).

A ecologia profunda atenta não só para a integração material do ser humano à natureza, como também para a dimensão vibracional e espiritual que une todos os seres, considerando também os fenômenos quânticos do dia-a-dia (BRAUN, 2005). A Terra, portanto, não é somente um ecossistema físico e biológico, mas também mental e emocional da humanidade (KOOT-HOOMI apud AVELINE, 1999). E por assim ser, as guerras e a destruição ambiental são o resultado, sobretudo, de conflitos psicológicos humanos, como a cobiça e a ignorância espiritual, assegura Karl Von Clausewitz (apud AVELINE, 1999).

Um dos princípios mais importantes da ecologia profunda é a equidade biocêntrica, que defende a igualdade de importância de todos os elementos da biosfera e que, deste modo, possuem o direito de viver e se desenvolver plenamente para alcançar sua própria forma individual e realização dentro do processo evolutivo (BRAUN, 2005).

Assim, a visão de mundo da ecologia profunda propõe um estilo de vida regulado pela harmonia com a natureza, equidade das espécies, simplicidade, reconhecimento da limitação dos recursos oferecidos pela Terra, uso de tecnologias apropriadas, reciclagem, reutilização,

descentralização da produção, entendimento da ciência como conhecimento importante, mas não dominante.

A característica central que define a ecologia profunda é a questão da urgência na mudança de valores, alicerçada em pensamentos ecocêntricos. “Quando essa percepção ecológica profunda torna-se parte de nossa consciência cotidiana, emerge um sistema de ética radicalmente novo” (CAPRA, 1997, p. 28).

O cerne da questão, portanto, é a necessidade de transformações profundas e urgentes primeiramente no modo como o ser humano percebe, compreende e sente o mundo, para, em seguida, poder mudar a maneira como se relaciona com o meio ambiente.

A ecopsicologia surge, nesse sentido, como um esforço interdisciplinar entre a Psicologia e a Ecologia para contribuir na discussão da relação entre homem e natureza.

Bilibio (2009) entende que uma psicologia centrada na ecologia é de grande importância tanto para psicólogos como para educadores. A relevância da integração entre a Psicologia e as Ciências da Sustentabilidade se mostra no fato de que, por trás de toda prática psicológica e educacional está uma visão de ser humano. A partir dessa concepção, entendem-se como saudáveis determinados comportamentos, reações, sentimentos, enquanto que outros são considerados disfuncionais, ou seja, prejudiciais ao ser humano. (Bilibio, 2009). Com uma orientação ecológica na compreensão do ser humano, entendendo-o como ser inter-relacionado e interdependente da natureza, passa-se a entender comportamentos contrários à natureza como também contrários à própria saúde integral do indivíduo. Baseado em Plotkin (2003), Bilibio (2009, p. 8) afirma:

No que diz respeito à natureza, a noção de interdependência foi sendo severamente perdida

durante a revolução industrial, e sua perda cresceu quanto mais avançávamos no processo de urbanização. Sua perda se expressa no sentimento de desconexão, ou a perda do senso de reciprocidade entre organismo e ambiente, sempre presente em comportamentos ambientalmente disfuncionais. O ambiente não é mais visto como algo vivo, uma verdadeira comunidade, mas como coisa que não serve para nada a não ser ceder lugar para algo que dê algum lucro. O estado de alienação induzido pela era lucro, mais aumenta quanto maior é a obsessão por este lucro, e quanto menores são os níveis de informação sobre a dinâmica ecológica dos ambientes naturais e a qualidade da experiência afetivo-existencial em comunhão com lugares selvagens.

Volpi, Floriani e Leszczynski (2008) lembram que o ser humano não somente é parte da natureza, mas é a natureza. Na perspectiva da Psicologia Corporal criada por Wilhelm Reich, a qual é abordada pelos autores para fazer interface com a Ecologia, organismo e natureza são manifestações da mesma energia: a energia vital ou orgone que existe em todas as coisas, por isso, tudo o que existe forma uma unidade. Essa energia, segundo Raknes (1988), não obedece às leis que regem energias anteriormente conhecidas, e sua quantidade e disposição nos seres humanos variam, conforme a vitalidade espontânea natural e os traços neuróticos.

A Psicologia Corporal, de acordo com Pucci Jr (2004), defende o pensamento funcional como base de suas pesquisas, teorias e métodos, que compreende a inter-relação entre mente e corpo, não através uma relação de causa e efeito, mas por meio de um princípio bioenergético, ou seja, através da energia vital ou energia orgone. Dessa maneira, propõe que a saúde de um organismo, concebido em sua unidade corpo-mente, depende do livre fluxo da energia vital. Reich (2003) assegurou, assim, que quanto menos neurótico for o ser humano, melhor será também sua relação

com a natureza, pois seus comportamentos serão pró-ativos à vida, ao livre fluxo de energia vital tanto em si quanto no mundo.

A crise ambiental é uma das expressões da crise da civilização atual, pois reflete muito da psiquê ocidental, assegura Bilibio (2009). Ela é o resultado de um comportamento de separatividade perante a natureza, de controle, subjugamento, além de, como bem coloca White (apud Bilibio, 2009), medo e satanização de tudo que é natural. Negou-se assim, juntamente com a natureza externa, também os próprios ritmos naturais dos seres humanos. Morin e Kern (1995) apontam para o ritmo acelerado e estressante com o qual os seres humanos mantêm suas vidas, pagando um alto preço por se afastarem de sua natureza. Atualmente, o uso de benzodiazepínicos e antidepressivos, fármacos direcionados ao tratamento de ansiedade e depressão respectivamente é alarmante, conforme Fernandes (2007). E, ainda que cada vez mais os problemas de saúde estejam crescendo, esse sistema social, com seus valores e comportamentos insustentáveis, continua a ser mantido sem muitos questionamentos por grande parte dos seres humanos.

A Ecopsicologia, nessa perspectiva, propõe, conforme Volpi, Floriani e Leszczynski (2008), o resgate da conexão entre homem e natureza por meio de uma educação libertadora, que sensibilize os seres humanos quanto às questões ambientais e leve a mudanças de valores e de comportamentos, buscando um desenvolvimento humano saudável que possa aproximá-lo de sua natureza interna, ou seja, de seus sentimentos e afetos, e, conseqüentemente, da natureza externa a ele.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO FERRAMENTA TRANSFORMADORA DA SOCIEDADE

A educação ambiental surgiu nesse cenário de mudanças paradigmáticas frente às ameaças à saúde e qualidade de vida tanto dos seres humanos quanto de todos os seres do planeta, oriundas de um modo de vida insustentável, como um importante instrumento para a busca por controle e reversão da complexa crise planetária.

A educação ambiental é uma resposta crítica à crise da educação, pois, se a educação fosse integradora e abrangente, não necessitaria de adjetivos e a questão ambiental estaria intrínseca a todas as situações educativas (PADUA e SÁ, 2002).

O processo de implantação e desenvolvimento da educação ambiental no planeta se deu através de congressos e conferências internacionais ocorridos a partir da década de 1970. Movidas pela preocupação com o futuro do planeta e de todas as espécies que nele vivem, muitas pessoas e organizações passaram a exercer pressões políticas para alertar os dirigentes políticos e a população sobre a necessidade de proteger o mundo e colocar em prática uma educação voltada para as questões ambientais. Nesse contexto, surgiu a educação ambiental como resposta científica à educação tradicional, que representa a velha ordem social e econômica. (SOARES, 2003).

O marco inicial da educação ambiental é a Conferência de Estocolmo ou Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano realizado em Estocolmo (Suécia) em 1972, considerado de extrema importância para a conscientização da civilização contemporânea. Tratou, especialmente, da necessidade de a ciência, a tecnologia, a educação e a pesquisa trabalharem e se direcionarem à proteção ambiental, percebendo a necessidade de respeitar a capacidade de suporte da natureza. Depois deste, outros importantes eventos consolidaram e ampliaram a visão de educação

ambiental, como: o Encontro de Belgrado sobre Educação Ambiental, no ano de 1975 em Belgrado (Iugoslávia); a Conferência Intergovernamental sobre Educação em Tbilisi (URSS) em 1977; o Congresso Internacional em Educação e Formação Ambientais ocorrido na Rússia em 1987; a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento ou Rio-92, na cidade do Rio de Janeiro em 1992; a Conferência Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade, que aconteceu em Tessalônica (Grécia) em 1997. (SOARES, 2003).

Dentre os diversos conceitos de educação ambiental, pode-se entendê-la como “o aprendizado para compreender, apreciar, saber lidar e manter os sistemas ambientais em sua totalidade” ou ainda a “aprendizagem de como gerenciar e melhorar as relações entre a sociedade humana e o ambiente, de modo integrado e sustentável”. (São Paulo, 1997: 16). Nesse sentido, busca a resolução de problemas ambientais, o gerenciamento da relação entre economia e ambiente, além de informar os cidadãos sobre a complexidade do tema. Para isso, a educação ambiental atua na prevenção de danos, na implantação do reflorestamento e da reciclagem, na administração dos recursos naturais de modo eficiente, produtivo e sustentável. (São Paulo, 1997).

A meta da educação ambiental, de acordo com a Carta de Belgrado de 1975 (apud SÃO PAULO, 1997, p. 22) é:

Desenvolver um cidadão consciente do ambiente total, preocupado com os problemas associados a esse ambiente e que tenha o conhecimento, as atitudes, motivações, envolvimento e habilidades para trabalhar individual e coletivamente em busca de soluções para resolver os problemas atuais e prevenir os futuros.

No Brasil, a Lei nº 9795 de 27 de abril de 1999 representa o reconhecimento nacional da importância da educação ambiental ao instituir a Política Nacional de Educação Ambiental. Aponta a educação ambiental como processos educativos formais e não-formais por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida e sustentabilidade. Esses processos educativos têm como alguns de seus princípios básicos o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade. A Política Nacional de Educação Ambiental envolve em sua esfera de ação, além dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e organizações não-governamentais com atuação em educação ambiental. (BRASIL, 1999).

Ao perceber a complexidade do ambiente, a lei brasileira de nº. 9795 define no inciso I do Artigo 5º do 1º Capítulo como um dos objetivos da educação ambiental: “o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos” (BRASIL, 1999).

A educação ambiental na perspectiva profunda tem objetivos muito mais pretensiosos do que meramente resolver problemas oriundos de um estilo de vida pautados em uma visão de mundo que separou homem e universo, rompendo com a ideia de ser humano integrado à natureza. A educação ambiental propõe a revisão

dos valores e comportamentos da sociedade, incitando profundas mudanças de percepção, valores e atitudes do indivíduo a respeito de si, do outro e da natureza por completo.

Floriani e Knechtel (2003) utilizam a denominação educação socioambiental e a designam como o um componente indispensável na reconstrução do sistema de relações entre as pessoas e, assim, possa promover uma nova relação entre a sociedade e o ambiente, valorizando o diálogo de saberes dos diversos tipos de conhecimento – científico, experiencial, tradicional, popular, etc. Esse diálogo dos saberes, defendido pela transdisciplinaridade, é indispensável para se chegar a um entendimento sobre ser humano e mundo aproximado da realidade, pois são objetos de estudo complexos e multifacetados.

A participação efetiva da sociedade na preservação do meio ambiente, no entanto, requer consciência; sem ela não há transformações. A educação ambiental comprometida, portanto, com verdadeiras mudanças de atitudes requer um trabalho de conscientização ambiental que perpassa obrigatoriamente pela visão holística de homem. (BRANCO, 2003).

A visão holística entende o ser humano como um ser de múltiplas dimensões - física, mental, psíquica, social, ambiental e espiritual que se inter-relacionam e influenciam-se mutuamente - integrado ao universo. (CAPRA, 2006). Essa abordagem compreende que tudo no universo está inter-relacionado, havendo uma dinâmica universal de relações que torna tudo interdependente. Os seres humanos e a natureza, portanto, mantêm uma relação de complementaridade, sendo que a perda do vínculo produz desequilíbrio e destrutividade a todos. (ARAÚJO, 1999).

A saúde integral do ser humano, ou seja, a saúde em sua mais ampla compreensão, que inclui as condições de bem-estar e

felicidade, é entendida pela visão holística como dependente da harmonia das dimensões física, mental, psicológica, emocional e espiritual com o ambiente social, econômico, natural e construído, físico, químico e psicológico.

Leonardo Boff (apud GADOTTI, 2008), um dos membros da Comissão da Carta da Terra, entende que a referida Carta é uma relevante contribuição para uma compreensão holística e integrada das questões ambientais. De acordo com ele, é com amor – a energia mais poderosa que existe no ser humano e no universo – que se precisa cuidar de todas as formas de vida.

Com uma visão de mundo e de ser humano holística, a educação ambiental pode ser um instrumento transformador. Mudanças paradigmáticas são imprescindíveis para a construção de um novo estilo de vida, que configure uma sociedade ecológica.

Diante da crise ambiental em que a humanidade se encontra, Leff (2001) entende que o saber ambiental se coloca como um processo de produção teórica e prática orientada pela utopia de construir um mundo sustentável, democrático, igualitário e que comporte a diversidade. Afirma que:

A questão ambiental problematiza as próprias bases da produção; aponta para a desconstrução do paradigma econômico da modernidade e para a construção de futuros possíveis, fundados nos limites das leis naturais, nos potenciais ecológicos, na produção de sentidos sociais e na criatividade humana. (LEFF, 2001, p 17).

Essa nova sociedade proposta pelos emergentes paradigmas ambientais, que envolvem a transdisciplinaridade e a visão holística, pode ser chamada de ecológica, no sentido da ecologia profunda sustentada pelas ideias de Fritjof Capra (2006; 2002; 1998; 1997), que, ao longo do desenvolvimento de suas obras, discute a questão paradigmática e

estabelece o conceito de ecologia como direcionamento para um novo modo de viver no planeta.

Partindo das contribuições do autor, infere-se que uma sociedade ecológica envolve sustentabilidade em seus múltiplos aspectos (ecológico, econômico, social, etc), sendo pautada na justiça, na ética, nos valores e no desenvolvimento integral dos seres humanos. Segundo a ideia de que a ecologia profunda “não separa os seres humanos da natureza e reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos” (CAPRA, 2002, p. 15), pode-se entender que uma sociedade ecológica buscará a sustentabilidade não apenas por saber do risco de extinção da espécie humana do planeta caso não se mude os rumos do desenvolvimento, mas sim defenderá a sustentabilidade ecológica pelo reconhecimento de que tudo o que existe na natureza tem valor intrínseco, e, por isso, preza pela ética da vida.

Paulo Freire (2000, p. 66-7) versando sobre a importância da conscientização e da ação ecológica, afirmou:

Urge que assumamos o dever de lutar pelos princípios éticos fundamentais como o respeito à vida dos seres humanos, à vida dos outros animais, à vida dos pássaros, à vida dos rios e das florestas. Não creio na amorosidade entre mulheres e homens, entre os seres humanos, se não nos tornarmos capazes de amar o mundo. A ecologia ganha uma importância fundamental neste fim de século. Ela tem que estar presente em qualquer prática educativa de caráter radical, crítico ou libertador [...]. Neste sentido me parece uma contradição lamentável fazer um discurso progressista, revolucionário, e ter uma prática negadora da vida. Prática poluidora do mar, das águas, dos campos, devastadoras das matas, destruidora das árvores, ameaçadora dos animais e das aves.

Nessa perspectiva holística e transdisciplinar da racionalidade ambiental, uma sociedade ecológica

não deve descuidar do ser humano, enquanto espécie da complexa teia da vida. Leff (2001), em sua visão de desenvolvimento sustentável, propõe que se transponha a preocupação apenas ecológica como algo externo ao ser humano, sugerindo uma racionalidade ambiental que implique em cuidado com a erradicação da pobreza, a satisfação das necessidades básicas da população, a qualidade de vida da humanidade, a valorização da diversidade étnica e cultural dos povos, a descentralização do poder, a preservação da diversidade dos modos de vidas, a autonomia e autogestão das comunidades e a pluralidade de modelos de desenvolvimento.

O movimento rumo à mudança de visão de mundo é, segundo Braun (2005) gradual, assim como os processos da natureza. O autor observa, por exemplo, que o percentual de pessoas que buscava o crescimento interior em contraposição ao prestígio social e econômico era de 1% em 1980, mas que esse índice cresceu para 29% em 2000.

A sociedade ecológica firma-se em princípios éticos da racionalidade ambiental e seus primeiros passos podem ser vistos nas práticas alternativas realizadas nos mais diversos locais do planeta, como: ecovilas, comunidades sustentáveis, práticas alternativas em saúde corporal e cura, permacultura, dinheiro alternativo, uso de energia alternativa, alimentação natural, busca por maior e melhor relacionamento coletivo e a disseminação de uma nova visão espiritual, mais aproximada das novas abordagens científicas como visão holística, sistêmica, ecologia profunda, física quântica e transdisciplinaridade.

Uma educação ambiental voltada à transformação social requer, portanto, que se transponham normas e preceitos impostos e aceitos pelo mundo globalizado técnico e produtivo. Isso inclui estar atento às armadilhas

ideológicas e psicológicas da mídia e da propaganda, que exerce grande poder na construção e desenvolvimento das subjetividades e das identidades individuais e coletivas. (PADUA e SÁ, 2002).

Com uma visão holística, a educação ambiental constrói um ensino inovador, onde a intuição e razão se unem, a criatividade é estimulada para que aumente o potencial transformador dos indivíduos, visando a construção de um mundo ético, justo, solidário e que respeite a vida (PADUA e SÁ, 2002).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A continuidade da vida na Terra prescinde que a humanidade adote a sustentabilidade como princípio fundamental de sua gestão ambiental. Para isso, necessita-se que o ser humano compreenda que completa com outras espécies um sistema dinâmico e perceba a importância do equilíbrio do ambiente também para sua saúde integral.

Embora os efeitos da crise ambiental estejam alertando a crise planetária ou civilizacional há tempos, poucas tem sido as mudanças de atitude perante o mundo. Portanto, é urgente a necessidade de uma educação ambiental transformadora, que, com uma visão holística e transdisciplinar, leve à conscientização do lugar do ser humano no mundo e na natureza para que se construa uma sociedade ecológica.

Essa sociedade fundamenta-se no novo paradigma que agrega a ecologia profunda, a ecopsicologia, a visão holística, sistêmica, a física quântica e a transdisciplinaridade e tem como princípios a ética, o respeito e a solidariedade para com todas as formas de vida. Visa a sustentabilidade, mas não por antropocentrismo, mas por compreender a inter-relação e a interdependência de toda a teia da

vida. Embora vista como utopia, Leff (2001) defende que não há transformações sem utopias.

É com a utopia de construir um mundo melhor que a educação ambiental torna-se um verdadeiro instrumento de transformação, rumo a uma sociedade ecológica, incitando a reflexão para que o ser humano inaugure um novo ser e viver no planeta.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Miguel Almir J. **Abordagem holística na educação.** *Sitientibus*, Feira de Santana, n.21, p.159-176, jul./dez.1999. Disponível em: <http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/21/abordagem_holistica_na_educacao.pdf> Acesso em: 30 mar.2009.
- AVELINE, Carlos Cardoso. **A vida secreta da natureza: uma iniciação à ecologia profunda.** Blumenau: Ed. Da FURB, 1999, p.133.
- BILIBIO, Marco Aurélio. **Ecopsicologia, ecologia profunda e educação ambiental.** Rev. Recaminho. Brasília, 2009. p.8-11. Disponível em: <<http://www.ibram.df.gov.br/sites/400/406/00001264.pdf#page=6>> Acesso em: 3 mar.2011.
- BOFF, Leonardo. **Ecologia & capitalismo: simplesmente incompatíveis.** Revista Beija-flor, Curitiba/PR, ano 4, p.8-9, out. 2009.
- _____. **A águia e a galinha, o simbólico e o dia-bólico na construção do humano.** In: BOFF, Leonardo. *O despertar da águia: o dia-bólico e o simbólico na construção da realidade.* 17ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p.124-163.
- BRANCO, Sandra. **Educação ambiental: metodologia e prática de ensino.** Rio de Janeiro: Dunya, 2003. p. 11-15.
- BRASIL. **Lei nº.9795, de 27 de abril de 1999.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm> Acesso em: 28 jan.2011.
- BRAUN, Ricardo. **Novos paradigmas ambientais: desenvolvimento ao ponto sustentável.** 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p. 182.
- CAPRA, Fritjof. **Ecologia profunda – um novo paradigma.** In: *A Teia da Vida.* São Paulo: Cultrix. 1997, p. 23-29.
- _____. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável.** São Paulo: Cultrix, 2002, p. 296.
- _____. **O ponto de mutação.** 26. ed. São Paulo: Cultrix, 2006, p. 447.
- CAPRA, Fritjof.; STEINDL-RAST, David.; MATUS, Thomas. **Pertencendo ao universo: explorações nas fronteiras da ciência e da espiritualidade.** 10. ed. São Paulo: Cultrix/Amana, 1998, p. 193.
- CAVALCANTI, Clóvis. **Meio ambiente, Celso Furtado e o Desenvolvimento como Falácia.** Ambiente & Sociedade, v. 5, n. 2, p. 73-84, jan./jul. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v5n2/a05v5n2.pdf> Acesso em abr. 2010.
- DALY, Herman. E. **Crescimento sustentável? Não, obrigado.** Ambiente & Sociedade (on line), v. 7, n. 2, p. 197-202, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v7n2/24695.pdf>>. Acesso em: nov. 2009.
- FERNANDES, Waldemar José. **Reflexões sobre meu trabalho com psiquiatria dinâmica.** Vínculo [on line], dez. 2007, vol.4, no.4, p.58-69. Disponível em: <http://scielo.bvs-psi.org.br/scielo.php?pid=S1806-24902007000100007&script=sci_arttext&tlng=pt> Acesso em: 04 abr.2009.
- FLORIANI, Dimas; KNECHTEL, Maria do Rosário. **Educação sócio-ambiental.** In: _____. *Educação ambiental, epistemologia e metodologia.* Curitiba: Vicentina, 2003, p.33-56.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: Unesp, 2000.
- GADOTTI, Moacir. **Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.
- IPCC – Painel Intergovernamental Sobre Mudanças do Clima. **Mudança do Clima 2007: A Base das Ciências Físicas.** 4. Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental Sobre Mudança do Clima, Paris, fev. 2007.
- LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** 3ª ed. Vozes. 2001, p. 495.
- MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **A agonia planetária.** In: MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. *Terra-Pátria.* Porto Alegre: Sulina, 1995. p. 69-103.
- MORIN, Edgar. **Ciência com consciência.** 9.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 344.
- PADUA, Suzana Machado; SÁ, Lais Mourão. **O papel da educação ambiental nas mudanças paradigmáticas da atualidade.** *R. paran. Desenv.*, Curitiba, n. 102, p.71-83, jan./jun. 2002. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/102/suzana.pdf> Acesso em: 03 mar.2011.
- PUCCI JR, Alberto. **O estudo da relação mente e corpo segundo o pensamento funcional de Wilhelm Reich.** In: CONVENÇÃO BRASIL LATINO AMÉRICA, CONGRESSO BRASILEIRO E ENCONTRO PARANAENSE DE PSICOTERAPIAS CORPORAIS. 1., 4., 9., Foz do Iguaçu.

Anais... Centro Reichiano, p.1-6, 2004. Disponível em: <<http://www.centroreichiano.com.br/artigos/anais/Alberto%20Pucci%20unior.pdf>> acesso: 02nov.2008.

RAKNES, Ola. **Wilhelm Reich e a Orgonomia**. São Paulo: Summus, 1988, p. 131.

REICH, Wilhelm. **O éter, deus e o diabo; A superposição cósmica**. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p .334.

RIO DE JANEIRO. Subsecretaria de ações e serviços de saúde. Coordenação de programas de saúde mental. 2006 – Ano da promoção do uso racional de benzodiazepínicos. **Boletim Uso Racional de Psicofármacos**. Ano 1, vol. 1, p.1-6, abr./jun. 2006. Disponível em: <http://www.saude.rio.rj.gov.br/servidor/media/info_psifar_v001_a01.pdf> Acesso em: 04 abr.2009.

SÃO PAULO. Secretaria do Meio Ambiente. **Conceitos para se fazer educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: A Secretaria, 1997, p. 16-23.

SOARES, André Geraldo. **A natureza, a cultura e eu: ambientalismo e transformação social**. Blumenau: Edifurb; Itajaí: Ed. da Univali, 2003, p. 163.

TREVISOL, Joviles Vitório. **A educação ambiental em uma sociedade de risco: tarefas e desafios na construção da sustentabilidade**. Joaçaba: UNOESC, 2003, p.63-89.

VOLPI, José Henrique; FLORIANI, Dimas; LESZCZYNSKI, Sonia Ana C. **Ecopsicologia: Fundamentos epistemológicos de uma ciência interdisciplinar**. In: ENCONTRO PARANAENSE, CONGRESSO BRASILEIRO, CONVENÇÃO BRASIL/LATINO-AMÉRICA, XIII, VIII, II, 2008. *Anais...* Curitiba: Centro Reichiano, 2008. CD-ROM. [ISBN – 978-85-87691-13-2]. Disponível em: www.centroreichiano.com.br. Acesso em: 4 mar.2011.